

Israel: implantação do Estado, Sionismo e governo Netanyahu

Caio Bugiato¹

Samuel Rocha²

Vandriele Araújo³

Brenno Olivar⁴

Lucas Botelho⁵

Resumo: O objeto de análise deste artigo é o Estado de Israel, sua implantação, sua orientação político-ideológica – o Sionismo – e a política estatal recente dos governos liderados por Benjamin Netanyahu (1996 a 1999, 2009 a 2021 e 2022 até hoje). Julgamos que diante dos novos conflitos no Oriente Médio é importante retomar na área de Relações Internacionais uma análise como essa para elucidar alguns pontos já debatidos na literatura e outros ainda pouco conhecidos nos estudos brasileiros sobre a temática. Trabalhamos com a seguinte hipótese: a implantação do Estado de Israel na Palestina é um processo que começa com o advento movimento político sionista na Europa em fins do século XIX, que instala uma unidade política colonizadora na região após o fim da II Guerra Mundial e a partir de então se expande com o objetivo de conquistar todo o território, eliminando a população nativa. Nosso enfoque neste artigo não é a chamada questão palestina, que abordaria os dois lados do conflito, mas sim o Estado de Israel, cuja “natureza” – seguindo nossa hipótese – está impregnada de uma política de extermínio. Em nossa análise utilizamos estudos de autores (fontes secundárias) que se dedicaram a pesquisar a história da questão palestina e do Estado de Israel, o movimento sionista, as guerras e as relações diplomáticas que envolvem o conflito no Oriente Médio e os governos de Netanyahu.

Palavras-chave: Estado; Israel; Sionismo.

English title / Título español

Abstract / Resumen: The object of analysis in this article is the State of Israel, its implantation, its political-ideological orientation - Zionism - and the recent state policy of the governments led by Benjamin Netanyahu (1996 to 1999, 2009 to 2021 and 2022 to date). We believe that in view of the new conflicts in the Middle East, it is important to revisit an analysis like this in the field of International Relations in order to elucidate some points that have already been debated in the literature and others that are still little known in Brazilian studies on the subject. We work with the

¹ Doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas. Professor de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e no Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC.

² Discente do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

³ Discente do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

⁴ Discente do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

⁵ Discente do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

following hypothesis: the establishment of the State of Israel in Palestine is a process that began with the advent of the Zionist political movement in Europe at the end of the 19th century, which set up a colonizing political unit in the region after the end of World War II and then it expanded with the aim of conquering the entire territory, eliminating the native population. Our focus in this article is not the so-called Palestinian question, which would address both sides of the conflict, but rather the State of Israel, whose "nature" - according to our hypothesis - is impregnated with a policy of extermination. In our analysis, we used studies by authors (secondary sources) who have dedicated to research the history of the Palestinian question and the State of Israel, the Zionist movement, the wars and diplomatic relations surrounding the conflict in the Middle East and the Netanyahu governments.

Keywords / Palabras clave: : State; Israel; Zionism

Introdução

A formação do Estado de Israel é bastante *sui generis*. Não é semelhante ao processo europeu em que unidades políticas entraram em conflito, a partir do renascimento do comércio, por acumulação de riqueza e poder. Não decorre da existência de um grande império, como são os casos russo e turco, entre outros. Não é oriundo de lutas anticoloniais, como é o caso de boa parte dos Estados americanos. Também não é um processo de libertação nacional como aconteceu no continente africano e no asiático no século XX. Trata-se de uma implantação colonizadora.

Nesse sentido, o objeto de análise deste artigo é o Estado de Israel, sua implantação, sua orientação político-ideológica – o Sionismo – e a política estatal recente dos governos liderados por Benjamin Netanyahu (1996 a 1999, 2009 a 2021 e 2022 até hoje). Julgamos que diante dos novos conflitos no Oriente Médio é importante retomar na área de Relações Internacionais uma análise como essa para elucidar alguns pontos já debatidos na literatura e outros ainda pouco conhecidos nos estudos brasileiros sobre a temática. Trabalhamos com a seguinte hipótese: a implantação do Estado de Israel na Palestina é um processo que começa com o advento movimento político sionista na Europa em fins do século XIX, que instala uma unidade política colonizadora na região após o fim da II Guerra Mundial e a partir de então se expande com o objetivo de conquistar todo o território, eliminando a população nativa. Nosso enfoque neste artigo não é a chamada questão palestina, que abordaria os dois lados do conflito, mas sim o Estado de Israel, cuja “natureza” – seguindo nossa hipótese – está impregnada de uma política de extermínio. Em nossa análise utilizamos estudos de autores (fontes secundárias) que se dedicaram a pesquisar a história da questão

palestina e do Estado de Israel, o movimento sionista, as guerras e as relações diplomáticas que envolvem o conflito no Oriente Médio e os governos de Netanyahu. Logo, o texto a seguir está dividido em seções ordenadas sobre: os antecedentes da implantação do Estado de Israel em 1948; sobre o Sionismo; sobre a dinâmica da implantação do Estado e da colonização da Palestina (nesta destacamos as guerras de 1948-49, de 1967, de 1973, as Intifadas e os Acordos de Oslo); sobre os governos Netanyahu; e, por fim, algumas considerações que encerram o artigo.

Uma observação é necessária para ter precisão acerca do conceito de Estado que estamos utilizando. Inspiramo-nos na teoria marxista do Estado, que pode ser resumida da seguinte maneira. Primeiro, o Estado em geral é uma instituição que mantém a coesão social ao impedir que as forças sociais aniquilem a unidade política e territorial e que, concomitantemente, organiza a dominação de classe. Segundo, o Estado moderno corresponde às relações de produção capitalistas, viabilizando pela ideologia, pelo direito e pela força processos de acumulação de capital baseado na exploração do trabalho assalariado. Daí a denominação Estado capitalista. Terceiro, a materialidade do Estado é sua burocracia militar e civil, organizada em aparelho repressor, aparelho ideológico e aparelho econômico, centralizados por um comando político no poder executivo. É essa burocracia que se encarrega das relações exteriores do Estado, que podem ter determinado caráter a partir de projetos econômicos, correlações de forças internas e externas e orientações ideológicas. Quarto, o sistema político que prevalece no Estado capitalista é a democracia burguesa. Mas em determinadas conjunturas o sistema político assume caráter ditatorial e passa a ser um Estado capitalista de exceção, no qual um setor da burocracia se autonomiza, domina outros setores e conduz a política estatal de forma autocrática. Nesse trabalho não temos condições de analisar as relações de classes e os processos de acumulação de capital do Estado de Israel. Entretanto procuramos compreender e demonstrar a formação de sua burocracia (o Estado) e apontar sua tendência para uma forma autocrática.

1. Antecedentes

Antes da formação do capitalismo na Europa os hebreus, povo originário do Oriente Médio (assim como outros povos) e seguidor do Judaísmo, dispersaram-se pelo Velho Continente por causa de, principalmente, dois fenômenos. Primeiro, segundo Samir Amin (1973), os hebreus eram um povo comerciante, cuja atividade os levou para outros territórios e “as comunidades judias tiveram funções importantes e particulares, as de uma minoria que detém o monopólio da organização do comércio entre as diferentes sociedades feudais fechadas sobre si mesmas” (AMIN, 1973, p. 3). Segundo a região do Oriente Médio é uma importante rota comercial e um território de ligação entre três continentes, o que gerou disputas geopolíticas: egípcios, persas, romanos, otomanos, britânicos, entre outros, disputaram e ocuparam a região; de modo que os hebreus dali se dispersaram (GRINBERG, 2000).

Na Europa os hebreus, então chamados de judeus, foram submetidos a uma intensa hostilidade, o anti-judaísmo (ou antisemitismo), cujas raízes estão no Cristianismo europeu. Tal hostilidade passou a ser violenta e sistemática com desenvolvimento do capitalismo, uma vez que a burguesia contestara o monopólio comercial da comunidade. Foi um processo complexo de segregação, com pelo menos duas dimensões: na Europa Central e Oriental ele fora tradicionalmente baseado na religião, enquanto na Europa Ocidental, berço do capitalismo, ele esteve relacionado ao comércio. Contudo, foi paralelamente um processo de assimilação de uma pequena parcela dos judeus europeus – que inclusive se miscigenaram – à classe dominante europeia, dado que seu monopólio foi contestado, não quebrado⁶ (AMIN, 1973; COGIOLLA, 2023). Na Europa Ocidental tal assimilação foi precedida

[...] por um longo período de formas coletivas de acordo, entendimento, colaboração, aproximação e até simbiose; de complementação entre judeus e não judeus, embora essa complementação fosse pontuada por antagonismos, sobretudo de ordem econômica. Isso criou esferas de interesse comum entre elites judias e não judias, e produziu movimentos nas comunidades judias capazes de participar ativamente na luta pela emancipação e integração ‘nacional’. À emancipação seguiu-se uma integração social e profissional mais completa que alhures, porque tornou-se mais fácil para os judeus a participação na modernização política dos Estados, identificando-os com os valores e objetivos dos Estados nacionais... A distribuição dos mercados entre a burguesia local e os judeus se produziu no marco da rápida expansão daqueles. Chegava a acontecer que se invitesse os judeus a se

⁶ É interessante notar que no desenvolvimento do capitalismo os judeus europeus seguem a estrutura de classe da sociedade capitalista: uma imensa maioria proletária e perseguida por várias razões e uma minoria burguesa, que ascendeu à classe dominante por meio do comércio.

estabelecer em algum país para contar com capital disponível (KARADY apud COGIOLLA, 2023, s/p.).

Na Europa Ocidental, as elites judaicas e não judaicas, ou seja, as frações da burguesia que professavam o Judaísmo ou não, estiveram presentes no desenvolvimento dos negócios dessa classe, nacional e internacionalmente. Isso foi particularmente acentuado na Inglaterra (e posteriormente nos Estados Unidos), em que a democracia burguesa permitiu maior liberdade (inclusive religiosa) do que nas sociedades pré-capitalistas ou em transição da Europa do leste. Nesse sentido, no contexto internacional a burguesia judaica foi igualmente partícipe do conhecido fenômeno do imperialismo britânico⁷ do fim do século XIX e início do século XX.

O desenvolvimento do capitalismo em Estados europeus, como na Grã-Bretanha e na França, significou a intensificação da dinâmica de acumulação e exportação de capital e da formação de monopólios. De tal sorte que governos e classes dominantes buscaram além de suas fronteiras obter e controlar insumos e mão de obra, rotas de comércio, novos mercados e investimentos lucrativos. Assim, o decadente Império Otomano, que compreendia a Palestina, chamou atenção dos europeus, pois aquela unidade política e territorial em crise era uma grande oportunidade para que as potências capitalistas europeias se expandissem na região⁸. Tal expansão passava pelo apoio aos movimentos nacionalistas árabes contra os otomanos, que foram importantes para fragmentar o Império, causar sua derrocada e dar origem aos países do Oriente Médio (VISENTINI, 2014)

Os Estados inglês e francês organizaram suas pretensões na região por meio de um acordo diplomático negociado secretamente em maio de 1916 por Mike Sykes e François George-Picot, que ficou conhecido como Acordo Sykes-Picot. Prevendo a derrocada do Império Otomano, o acordo estabeleceu a divisão do controle sobre a região e reconheceu as reivindicações árabes de independência e soberania, sem estabelecer

⁷A referência para tratar do imperialismo é Lenin (2012) e seu legado teórico.

⁸Desde a Guerra da Crimeia em 1854, quando britânicos, franceses e otomanos venceram a Rússia, os europeus já tinha estabelecido seus interesses na região. Fixaram tarifas aduaneiras e controlaram as trocas comerciais dos endividados otomanos. Apoiaram os movimentos nacionalistas árabes que viriam a fragmentar o Império Otomano após a Primeira Guerra Mundial (GRINBERG, 2000).

fronteiras. Em linhas gerais e para nossos propósitos aqui, a Grã-Bretanha assumiu o controle da Palestina, da Transjordânia e do Iraque, e a França da Síria e do Líbano (BUZETTO, 2022).

No contexto das negociações com os árabes, em 1971 surgiu a Declaração de Balfour, quando o então ministro britânico das relações exteriores, Arthur Balfour, assinou e enviou uma carta para Walter Rothschild, o Barão Rothschild, líder da comunidade judaica na Inglaterra, em que respalda pela primeira vez o estabelecimento de um lar nacional para o povo judeu na Palestina. Rothschild foi um dos principais proponentes do Sionismo (será explicado na próxima seção), movimento político que defende a autodeterminação dos judeus em sua "terra histórica", do Mediterrâneo ao Rio Jordão, ou seja, o território da Palestina (Palestina histórica). Segundo Pape (2022), de um lado para o governo inglês os judeus seriam úteis para a derrubada do Império Otomano, o principal objetivo da política externa britânica na região. Do outro lado, para os judeus sionistas a relação com a política externa britânica foi decisiva, uma vez que o movimento sionista precisava de um respaldo de peso para perpetrar a colonização no território e do povo estabelecido na Palestina.

O Acordo Sykes-Picot e a Declaração de Balfour são os registros mais evidentes de uma série de acordos e declarações secretas pelos quais a política externa britânica foi dúbia ao se comprometer tanto com os líderes do movimento nacionalista árabe quanto com os judeus sionistas no país e na Europa, que pretendiam estabelecer um Estado nacional no Oriente Médio. Bem-sucedido foi o imperialismo britânico que derrubou o Império Otomano, garantiu acesso ao Canal de Suez e estabeleceu-se em áreas petrolíferas. Ainda, sob o auspício da Liga das Nações o Estado inglês ficou responsável por “estabilizar” a região e a Palestina, com o chamado Mandato Britânico na Palestina que durou de 1920 até 1948. Como afirma Buzetto (2022), a Palestina foi incorporada à força, pela violência colonialista do processo de internacionalização do capital e foi mantida submissa a interesses de potências capitalistas em ofensiva política e militar na região.

2. As bases do Sionismo

O Sionismo é uma ideologia e um movimento político que defende a colonização da Palestina e a criação de um Estado nacional na região como solução para os problemas do antijudaísmo na Europa. Essa proposta surgiu no Velho Continente nos anos de 1860 inspirada pelo Iluminismo, nacionalismo, Primavera dos Povos de 1848 e até pelo socialismo⁹, orientando ondas de imigração sionista, com compra de terras, a partir de 1882. Ela foi transformada em projeto político a partir da publicação do livro *O Estado Judeu: uma solução moderna para a questão judaica* em 1896, do austríaco Theodor Herzl, que reagia às perseguições na Europa Central e Oriental, promovendo congressos internacionais e tornando-se reconhecida mundo afora. Herzl e os sionistas chegavam a conclusão que a assimilação cultural nas sociedades ocidentais não acabaria com a segregação, por isso era necessário colonizar a “terra santa” (PAPPE, 2022).

Sua inspiração religiosa é uma interpretação da Bíblia segundo a qual uma nação judaica nascida na Palestina foi oprimida por outros povos, no ano 70 os romanos a exilaram e desde então o território ficou relativamente vazio e/ou ocupado por estranhos (daí a narrativa israelense de libertação ou independência do Estado) até o retorno sionista. Sionismo deriva de Sião, em sentido amplo um dos nomes de Jerusalém na Bíblia, cidade fundada por deus como refúgio e pátria para seu povo escolhido. Para esta terra, também compreendida como o território *entre o Mediterrâneo e o Jordão, o povo judeu deveria regressar como desejo divino. Ainda segundo tal interpretação, no fim dos tempos Jerusalém resistirá contra as nações opressoras com a vinda do messias de deus, que será vitorioso e estabelecerá ali sua residência. Assim Sião propagará paz, sabedoria, justiça e os ensinamentos divinos para a humanidade* (PAPPE, 2022).

⁹Duas observações importantes sobre o Sionismo. Primeiro, ele é projeto de parte da comunidade judaica. Os não sionistas, por exemplo, reivindicam uma inserção social por meio de luta política para a emancipação da comunidade no interior da formação social em que estão. Outros ainda preferem o isolamento da comunidade, com suas tradições, dentro das sociedades. Não preconizam o “retorno à terra santa”. Segundo, é pertinente falar em Sionismos, no plural. Pois, por exemplo, um Sionismo de esquerda propõe à instalação de um Estado na Palestina para a construção de uma sociedade socialista. Contudo, nosso propósito aqui não é discutir o Sionismo com suas ramificações, mas sim traçar a formação do que consideramos seu eixo, o Sionismo de extrema-direita. “Apesar de existirem diversas correntes no interior do próprio sionismo, as posições políticas que se tornaram hegemônicas ao longo do século XX foram as mais conservadoras e pró-imperialistas. Essa ideologia conservadora serviu de base para a instauração do Estado de Israel” (BUZETTO, 2022, p. 200)

Entretanto, “para muitos líderes sionistas, a referência bíblica à terra palestina era apenas um meio de atingir seus fins, não a essência do sionismo” (PAPPE, 2022, p.76) e (...) “a Bíblia se tornou uma justificativa e um mapa para a colonização da Palestina pelos sionistas. Historicamente, a Bíblia foi conveniente para o sionismo desde seu surgimento até a criação do Estado de Israel em 1948” (PAPPE, 2022, p. 77). Esse tipo de uso da Bíblia era claro para Herzl e líderes sionistas, como exposto em seu artigo *The Jewish Chronicle* de 1896 (HERZL *apud* PAPPE, 2022): a alegação divina era um alicerce para reivindicação, porém a prática da criação do Estado seria obra a política europeia do seu tempo.

Baseado em seu livro (HERZL, 1998), em que discorre sobre o futuro Estado, imigração, compra de terras, edificações, leis e idioma, Herzl organizou o Primeiro Congresso Sionista Mundial, que acabou sendo realizado na Basileia em agosto de 1897. O congresso fundou a Organização Sionista Mundial, sob a presidência de Herzl. Na discussão sobre onde deveria ser o novo Estado, venceram os partidários da Palestina sob a argumentação de que era na Antiguidade a região de origem do povo judeu. Logo, o “Programa da Basileia” estabeleceu a garantia de uma pátria na Palestina e suas resoluções incentivavam a colonização da região por judeus operários agrícolas, trabalhadores em construção civil e de outros ofícios, diante da decomposição do Império Otomano. Posteriormente a Organização chegou a discutir uma solução para criação do Estado por vias diplomáticas, mas prevaleceu a operacionalização pela colonização. Ademais em anotações pessoais, em seu diário Herzl escrevera que como grande saldo do Congresso da Basileia ele havia fundado o Estado Judeu. O próprio fundador do Sionismo escreveu ao chanceler alemão Otto von Bismarck, dizendo que a implantação de um Estado judeu no caminho mais curto para o Oriente, o que englobava o Canal de Suez, seria funcional para a política externa alemã na região. Então complementava que, a fim de angariar apoio, os judeus eram um povo obrigado a ingressar em partidos revolucionários por causa das discriminações que sofriam (COGIOLLA, 2023, s/p.).

Em passagens de seu livro Herzl defende uma linha nacionalista conservadora, racista, antidemocrática e colonizadora. Da seguinte passagem sobre a colonização da Palestina “Para a Europa, formaríamos ali parte integrante do baluarte contra a Ásia:

constituiríamos a vanguarda da cultura na sua luta contra a barbárie” (HERZL, p. 24), Buzetto (2022, p. 197) extrai a comprovação do vínculo entre o Sionismo e o imperialismo. Pois para o autor os sionistas procuravam obter apoio das potências capitalistas não só para a implantação de Estado, mas também “para que a Palestina fosse entregue a um setor da burguesia judaica e assim se transformasse numa fortaleza militar contra o avanço do nacionalismo árabe e de possíveis movimentos anti-imperialistas [...]. Sobre esse ponto, o autor lembra que a Revolução Russa de 1917 alterou a correlação de forças no mundo oriental, causando preocupações para europeus e estadunidenses. Assim o Sionismo igualmente se tornou uma linha auxiliar do colonialismo/imperialismo.¹⁰

Adicionalmente, este Sionismo que estamos abordando é um movimento colonizador de povoamento (implantação colonizadora), como os movimentos europeus que colonizaram as Américas, a África do Sul, a Austrália e a Nova Zelândia, que está em voga até hoje no Estado de Israel. Sob autoridade bíblica, é uma política sistemática de assentamento, expropriação e de limpeza étnica (PAPPE, 2022). Com a ideia de povo escolhido e dada citação de Herzl acima, acrescentamos que é uma política supremacista de extermínio, para a qual o Oriente e seus povos representam a estagnação social e cultural e despotismo político, os judeus pertencem cultural e moralmente ao Ocidente e a superioridade cultural da civilização ocidental deve ser levada ao Oriente. (AMIN, 1973). Por isso o movimento faz uso da inferiorização e desumanização daqueles que pretende eliminar. Inseridos e respaldados pelo imperialismo britânico e em concordância com a ideia cristã de um Europa sem judeus, os sionistas foram colonizar a Palestina.

¹⁰Buzetto (2022, p. 198-199) complementa: “Portanto, o sionismo é uma corrente política nacionalista judaica que serviu como linha auxiliar do colonialismo/imperialismo desde o seu nascimento até seu ápice, que ocorre com a criação do Estado de Israel, cinquenta e um anos depois da fundação da Organização Sionista Mundial. De 1948 até os dias atuais deixou de ser somente a linha auxiliar do imperialismo no mundo árabe e no mundo muçulmano. O sionismo tornou-se a vanguarda, a linha de frente, a tropa de choque dos EUA, França e Inglaterra na confrontação com qualquer movimento e caráter anti-imperialista, seja de natureza comunista ou islâmica. Todo e qualquer pensamento sionista torna-se, inevitavelmente, nas lutas políticas e sociais, uma posição pró-colonialista, pró-imperialista, que vai buscar justificativas para a política racista de apartheid, genocídio e limpeza étnica conduzida por todos os governos do “Estado de Israel” contra os palestinos. O sionismo e sua entidade política vão manter uma aliança estratégica com EUA, OTAN e União Europeia para vigiar/monitorar, perseguir/reprimir, isolar ou mesmo eliminar/destruir qualquer partido, movimento, liderança, organização ou governo que seja considerado uma ameaça aos interesses desse conjunto de forças que tem dado sustentação política, diplomática e militar a Israel desde a sua criação”.

Como em todos movimentos colonialistas anteriores, a resposta a esses problemas [da colonização] foi a dupla lógica da aniquilação e desumanização. A única forma de expandir seu controle de 7 por cento das terras a garantir uma maioria demográfica seria excluir os nativos de sua terra natal. O sionismo é, portanto, um projeto colonialista de povoamento ainda inconcluso. A demografia palestina não é de todo judaica, e embora o Estado de Israel tenha controle político sobre todo o território por diversos meios, ainda está colonizando – construindo novas colônias na Galileia, no Neguev e na Cisjordânia com o intuito de aumentar o número de judeus lá –, desalojando os palestinos e negando o direito dos nativos à sua pátria (PAPPE, 2022, p. 102-103).

Porém, não encontraram uma terra vazia como preconiza a ideologia sionista. Suas ideias de “a Palestina é uma terra vazia”, “os judeus são um povo sem terra”, “a Palestina é a pátria histórica dos judeus”, e “os judeus são o povo escolhido por deus” só ganhariam tração tempos depois. Pappé (2022) e Coggiola (2023) afirmam que, apesar dos esforços sionistas, apenas 7% do território palestino pertencia aos imigrantes judeus até a criação do Estado de Israel. A proposta sionista ainda era fraca diante de alternativas de emigração para fugir das perseguições na Europa, como Argentina e Estados Unidos, e de lutas antissegregacionistas, como o *Bund*, partido operário judeu na Rússia, Lituânia e Polônia.

Por outro lado, a Palestina nunca esteve vazia. Pelo menos desde a ocupação otomana em 1517 integrava um mosaico de culturas do Império, com uma localização cultural bem estabelecida. A sociedade formada naquele território tinha características de uma região rural, com pequenos centros urbanos, de maioria muçulmana e onde predominava o idioma árabe, como as outras sociedades árabes a sua volta. Os palestinos passaram pelos mesmos processos de nacionalismo e modernização que os povos da região, inclusive pelo processo de dominação do imperialismo europeu, especialmente do Acordo Sykes-Picot. Não fosse o Sionismo, a Palestina teria tido destino semelhante a países da região (PAPPE, 2022).

3. A implantação do Estado

O imperialismo britânico transformou a Palestina em um protetorado, que entre 1920 e 1948 ajudou os sionistas a se instalar na região. Na década de 1920, a população árabe constituía 93% da população do território e a população judaica aproximadamente 7%. A aliança entre os britânicos e o movimento sionista permitiu o desenvolvimento da migração judaica para a região e, assim, a comunidade judaica na Palestina (*Yishuy*) chegou a controlar 7% do território da Palestina. Ela estabeleceu sua própria organização proto-governamental, a Agência Judaica para a Palestina, uma espécie de embrião do Estado de Israel (AMIN, 1973).

Ao longo Mandato Britânico as colônias sionistas cresceram e entraram em conflitos com os palestinos, formando grupos terroristas/paramilitares que espalhavam pânico e promoviam atentados contra a população nativa, com a intenção de fazê-los abandonar suas terras. Esses grupos depois se transformaram nas Forças de Defesa de Israel. Além da organização militar, buscavam apoio político de organizações e governos para seu projeto e recursos financeiros com empresários e banqueiros judeus e não judeus para instalação das colônias. Ademais, por meio de uma indústria cultural, justificavam a colonização com a ideologia sionista, resumida na ideia de “direito histórico e sagrado dos judeus” (BUZETTO, 2022). A nova onda de antijudaísmo na Europa no entreguerras intensificava a imigração e alimentava essa situação (GRINBERG, 2000).

Perante aumento da beligerância entre palestinos e sionistas, os britânicos perderam o controle da situação e levaram o problema para a ONU, que na Assembleia Geral (AG) de novembro de 1947 decidiu pelo fim do Mandato. Os britânicos retiraram suas tropas em maio de 1948. Para Amin (1973, p. 10) esse é o momento em que “o sionismo passa do protetorado inglês, que tinha permitido a criação progressiva do Estado de Israel, para o protetorado dos EUA”. Então, afora suas organizações militares, políticas, econômicas e culturais, a grande cartada do Sionismo foi sua organização diplomática, em boa parte justificada pelo Holocausto. Tal ação diplomática, chancelada pelos estadunidenses¹¹,

¹¹É digno de nota que os EUA são o país que tem a maior comunidade judaica fora de Israel, cerca de 6 milhões. Mas apesar de representar 2% da população, no congresso estão super-representados com cerca de 6% dos membros e contam com uma poderosa organização lobista, o Comitê de Assuntos Públicos EUA-Israel, com 3 milhões de membros de base. Os judeus estadunidenses são uma comunidade com renda elevada: cerca de metade afirma que o seu rendimento familiar anual é de pelo menos US\$ 100.000 dólares, muito maior do que

resultou na partilha da Palestina em dois Estados autônomos e independentes, um palestino e um judeu.

A mesma AG da ONU em novembro de 1947 aprovou por dois terços a resolução 181, com o apoio das grandes potências¹², que resultou no plano de partilha da Palestina. O documento foi preparado pelo Comitê Especial das Nações Unidas sobre a Palestina, cujos membros, de acordo com Pappé (2022), não tinham conhecimento sobre a questão. A ideia que prevaleceu no Comitê veio do movimento sionista, segundo o qual a divisão territorial seria a melhor solução. Chegaram a propor que 80% da Palestina fosse um Estado judeu e o resto poderia ser um Estado palestino ou entregue ao Reino da Jordânia. Por outro lado, o Alto Comando Árabe, a Liga Árabe e o conselho político representativo dos palestinos boicotaram o Comitê ao saber que haveria qualquer plano de partilha e os direitos dos palestinos à pátria não seriam respeitados (PAPPE, 2022).

O Comitê revisou os planos, expandiu o território palestino, decidiu pela criação dos dois Estados e levou o documento para a AG. Os colonos judeus então proprietários de 7% das terras e 30% da população local (chegaram a cerca 600 mil habitantes), teriam 56% do território. Os palestinos, 70% da população (1,3 milhão), teriam os outros 44%. Em termos territoriais o Estado de Israel teria 14 mil km², incluindo a Galileia Oriental, as faixas territoriais de Haifa até Telaviv e do deserto de Neguev ao Golfo de Ácaba; o Estado da Palestina teria 11 mil km², incluindo a Cisjordânia e a faixa de Gaza. Em termos

a média das famílias não judias no país. Cerca de um em cada quatro judeus (23%) afirma ter uma renda familiar de US\$ 200.000 ou mais. Em comparação, apenas 4% dos adultos estadunidenses relatam esse nível de renda familiar (PEW RESEARCH CENTER, 2021). Israel é o país que mais recebeu auxílio dos EUA: entre 1946 e 2023 foram US\$ 260 bilhões, mais de metade como auxílio militar. Os EUA usaram seu poder de veto na ONU para barrar qualquer medida contrária a Israel devido à ocupação da Palestina, considerada ilegal pela Organização. Foram mais de 80 vezes e em geral os EUA foram o único voto dos 15 membros (SANCHES, 2021).

¹²“O interessante é que a União Soviética foi ainda mais leal à postura sionista e não demonstrou nenhuma hesitação. Com o auxílio dos membros do Partido Comunista Palestino (PCP), eles facilitaram o fornecimento de armas da Tchecoslováquia para as forças judaicas antes e depois de maio de 1948. Os leitores de hoje talvez estranhem isso, mas o apoio do PCP à causa sionista era possível por duas razões. A primeira é que a União Soviética acreditava que o novo Estado judeu seria socialista e antibritânico (e, portanto, mais inclinado ao Bloco Oriental na Guerra Fria emergente). A segunda é que o PCP acreditava que a libertação nacional era uma etapa necessária ao caminho para uma revolução social mais completa, e considerava tanto os palestinos como os sionistas movimentos nacionais (é por isso que o partido ainda hoje apoia a solução de dois Estados)” (PAPPE, 2022, p. 121-122). Contudo, os acontecimentos futuros evidenciaram o lado de Israel como enclave ocidental e força político-militar para destruir movimentos árabes nacionalistas, progressistas e socialistas, apoiados pela URSS.

populacionais, Israel teria 498 mil judeus e 497 mil palestinos e a Palestina 725 palestinos e 10 mil judeus. Jerusalém teria *status* internacional, com uma população de 100 mil judeus e 105 mil palestinos (ZUCCHI, 2018).

As lideranças sionistas aceitaram a partilha nos termos da ONU, pois sabiam que os árabes a rejeitariam. Igualmente sabiam que a partilha seria determinada pelas medidas concretas do Sionismo na Palestina e não por negociações de comitê. A resolução da AG, apesar de não ser imperativa como as do Conselho de Segurança, legitimou internacionalmente a criação do Estado de Israel, que já se organizava militarmente para estabelecer os limites fronteiriços do futuro, diante dos vizinhos árabes. A resolução também chancelou um processo violento de expropriação e expulsão de palestinos, que marca a história dos povos.

[...] a alta liderança sionista sabia[m] que a Proclamação de Independência que pretendia[m] realizar iria, invariavelmente, fazer com que os conflitos tomassem outros rumos, com a intervenção de forças regulares dos estados árabes, portanto, planejaram, e, em março de 1948, o alto-comando judaico colocou em execução o Plano D, cujo nome é oriundo da letra *Dalet*, quarta do alfabeto hebraico. Esse plano preconizava, a princípio, colocar em segurança os assentamentos judaicos e todas as áreas que a resolução da ONU destinava à soberania judaica, e também a ligação entre as fronteiras limítrofes do novo estado, apesar de estas, convenientemente, nunca serem aludidas pela liderança do *Ishuv*. E muito menos na Declaração de Independência de Israel se fez alguma questão da especificidade dessa delimitação, ou sequer de deter-se nos limites fixados pela ONU (ZUCCHI, 2018, p. 3-4)

Concomitantemente ao plano D, a liderança David Ben-Gurion e os sionistas proclamaram independência de Israel em 14 de maio de 1948, um dia antes da evacuação oficial das tropas britânicas, o que correspondeu ao ataque dos países árabes ao redor. Forças armadas e irregulares do Egito, da Transjordânia, da Síria, do Líbano e do Iraque, sob o comando Transjordânia, reuniam 25 mil homens. Todos os Estados Árabes já se mostravam contrários à decisão da ONU e estavam dispostos a impedir a criação de Israel, porém, sob o pretexto de proteção aos palestinos, estavam desorganizados e escondiam interesses próprios para a região que não passavam por consulta aos nativos. Apoiado pelos EUA, militarmente mais bem organizado, com armamento vindo da Tchecoslováquia e com

aumento contínuo de pessoal por conta da vinda de imigrantes europeus (foi de 35 mil para cerca de 95 mil em dezembro de 1948), Israel obteve vitória militar na Guerra Árabe-israelense (1948-1949) passando a ocupar um território 21% maior do que o plano da ONU.

Destaca-se uma batalha importante na guerra, que foi travada no deserto Negev. Tal localidade, inicialmente controlada por forças egípcias, também era um ponto de interesse para a política externa britânica, visto que ela representava um corredor territorial importantíssimo para ligar o Egito, no qual já existiam bases militares inglesas, ao resto do mundo árabe. O avanço israelense sobre essa região foi realizado com sucesso, numa das operações militares mais conhecidas da guerra de 1948, a Operação Yoav. Enfim, é preciso notar que o conflito já havia começado há décadas, uma vez que as forças sionistas já haviam expulsado milhares de palestinos e controlavam parte do território. Assim com a guerra foram forçados ao exílio fora do novo território israelense, iniciando a chamada *Nakba*, a catástrofe do povo palestino (GRINBERG, 2000).

A Guerra Árabe-israelense foi a primeira atividade militar de grande porte do Estado de Israel e continuou o projeto sionista de tomar a maior parte possível da Palestina com o menor número de palestinos e construir as fronteiras do Estado. Foi também o início de uma série de violações de decisões da ONU. A vitória na guerra foi propagandeada como um processo de libertação nacional ou guerra de independência, de um povo oprimido e cercado por inimigos bárbaros e selvagens, que foram derrotados pela coragem da civilização. Contudo, seria a primeira guerra a moldar o novo Estado. O nacionalismo árabe, as relações do mundo árabe com a URSS, terceiromundismo oriundo do Movimento dos Não-Alinhados e a questão petróleo, representados pelo líder egípcio Gamal Abdel Nasser, provocaram atritos diversos entre Israel e seus vizinhos, particularmente como o Egito. O fechamento do Estreito de Tiran, por parte do Egito, pode ser considerada a grande *casus belli* da Guerra dos Seis Dias de 1967, visto que era através dele que grande parte do petróleo israelense era extraído. De fato, as autoridades sionistas sentiram-se afrontadas e com a ajuda estadunidense Israel, em 5 de junho de 1967, atacou o Egito, destruiu sua força aérea e ocupou toda Península do Sinai, até o disputado Canal de Suez. Ainda no mesmo dia, atacou as forças aéreas da Síria, do Iraque e da Jordânia. Ocupou a Faixa de Gaza – onde está o

importante Porto de Gaza, saída para o mediterrâneo –, a Cisjordânia, as Colinas de Golã (da Síria) – fundamental pela visão estratégica que dá para os vizinhos e possui importantes recursos hídricos como a nascente do Jordão e o Mar da Galileia. A rápida vitória israelense em 6 dias mudou o equilíbrio de forças na região, pois agora estava clara a superioridade militar de Israel – que triplicou seu território –, representou uma grande humilhação para os países vizinhos e causou o aumento da hostilidade árabe. Para Pappe (2022) 1967 é continuação da oportunidade desperdiçada em 1948-1949: ocupar toda Palestina histórica, do Rio Jordão até o Mar Mediterrâneo, e criar a Grande Israel.

As constantes tensões na região proporcionaram a retaliação contra Israel na chamada Guerra do Yom Kippur (Dia do Perdão, dia sagrado do ano judaico) em 1973. Uma resolução da Cúpula da Liga Árabe, a Resolução de Cartum, apresentou medidas de assistência para os países mais afetados pela guerra de 1967, assim como proclamou no terceiro parágrafo do documento o que ficou conhecido como “os três não’s”: “sem paz com Israel, sem reconhecimento de Israel e sem negociação com ele. Um dos líderes tanto político como militar das retaliações árabes foi Nasser. Após forte investimento bélico mediante financiamentos e fornecimentos de armas soviéticas, que reorganizaram as forças militares do Egito e da Síria, tropas destes países invadiram Israel em outubro de 1973. Ao início do confronto Israel ocupava todo o território do antigo Mandato Britânico na Palestina, incluindo as áreas estratégicas da Cisjordânia, Faixa de Gaza, Colinas de Golã e a Península do Sinai. A ofensiva conjunta surpreendeu o governo israelense que embora suspeitasse de um confronto não estava inicialmente preparado para um embate bélico. Os três primeiros dias da guerra representaram uma vitória inicial dos árabes, que conseguiram pressionar as tropas de Israel, impor muitas baixas e avançar sobre o território. Entretanto esse avanço não seria duradouro, pois os EUA, através da operação que ficou conhecida como Operação Nickel Grass, forneceu um suporte militar, através de uma ponte aérea, que foi capaz de inverter drasticamente os rumos da guerra. Aeronaves militares, incluindo um caça bombardeiro supersônico que na década de 60 obtivera muito destaque, o F-4 Phantom II e suprimentos militares como armas e vestimentas de combate, foram prontamente enviadas para Israel através de ordens do então presidente Richard Nixon. A guerra de 1973 não se encerrou com um acordo de paz, mas sim com um cessar-fogo mediado pelos EUA e pela

URSS, com cerca de 2000 baixas israelenses e 13000 baixas árabes. Em 1978 através novamente da mediação dos EUA, o Egito chegou a um acordo de paz com Israel, sendo o primeiro país árabe a reconhecê-lo de fato como um Estado legítimo. Sem vitórias espetaculares dos beligerantes, a Guerra do Yom Kippur teve consequências para o cenário econômico e político internacional. Os países árabes, que representavam uma parte expressiva dos produtores de petróleo, decidiram de maneira conjunta retaliar o apoio fornecido pelos EUA para Israel, através de um movimento que ficou conhecido como o primeiro Choque do Petróleo. O preço do barril dessa commodity chegou a aumentar cerca de 400%, refletindo inclusive no Brasil, que, como alternativa para tal entrave energético, promoveu a implementação do programa Pro-álcool.

Depois do tratado de paz com o Egito o Estado israelense ocupava toda a região da Palestina histórica, menos a Faixa de Gaza e a Cisjordânia (ainda que nesta tivesse diversas incursões civis e militares) onde então (sobre)viviam os palestinos. Israel ocupava também as Colinas de Golã. Sem perspectiva de uma paz duradoura, um levante popular espontâneo ocorreu dentro da Faixa de Gaza, que se estendeu à Cisjordânia e a Jerusalém, contra a ocupação militar israelense, conhecido como a Primeira Intifada (1987-1993). Segundo a ONU Nações Unidas (UNITED NATIONS, 2008, p.27), essa mobilização envolveu protestos de diferentes segmentos da sociedade palestina – jovens, comerciantes, trabalhadores, mulheres e crianças – envolvendo boicotes econômicos, resistência fiscal e ataques contra as forças de ocupação israelenses. Por sua vez, as forças armadas de Israel responderam com severidade desde o início aos protestos. De acordo com a ONU (UNITED NATIONS, 2008), entre 1987 e 1993, mais de mil palestinos foram mortos e dezenas de milhares ficaram feridos. Essa situação se deu devido à discrepância entre as partes beligerantes. Enquanto grande parte dos manifestantes palestinos eram crianças e jovens desarmados, que atiravam pedras e outros objetos contra as forças de ocupação, do outro lado havia um exército israelense bem equipado que empregava espancamentos, tortura e, ocasionalmente, o uso letal de gás lacrimogêneo, além de munição real. Além disso, as autoridades de ocupação, na tentativa de reprimir as rebeliões, também empregaram diversas formas de retaliação coletiva, como toques de recolher, redução dos serviços básicos, prisões em massa, demolição de residências e restrições econômicas.

Diante de tal cenário, o Conselho de Segurança condenou veementemente as práticas perpetradas por Israel no território ocupado durante a resolução 605 de 1987, destacando que essa ocupação estava impedindo o avanço em direção a uma paz abrangente, justa e duradoura no Oriente Médio. Por seu turno, o Conselho Nacional Palestino (CNP) – a alta cúpula da Organização para Libertação da Palestina¹³ – emitiu dois comunicados importantes. O primeiro, um comunicado político afirmando a determinação do CNP em buscar uma solução política para a questão palestina de acordo com a carta da ONU e suas resoluções. O segundo foi a *Proclamação da Independência do Estado da Palestina*, na qual o CNP anunciou o estabelecimento deste Estado, conforme os princípios do direito internacional, incluindo a resolução 181 da AG da ONU, a resolução da partilha original da Palestina de 1947. Esses documentos desempenharam um papel crucial no reconhecimento pela OLP da existência do Estado de Israel. Isso foi confirmado pelo presidente da OLP, Yasser Arafat, durante a reunião da Assembleia Geral da ONU em 1988. Na ocasião, o movimento palestino reconheceu o direito de todas as partes envolvidas nos conflitos do Oriente Médio de existir em paz e em segurança, incluindo os Estados da Palestina, Israel e demais vizinhos, em conformidade com a resolução 242 de 1967 do Conselho de Segurança da ONU.

Entretanto, à medida que a intifada prosseguia e Israel persistia em aplicar a força militar para suprimir a revolta, os esforços diplomáticos para resolver o conflito árabe-israelense foram intensificados. Com isso, em dezembro de 1990, o Conselho de Segurança declarou que uma conferência internacional deveria facilitar os esforços para alcançar um acordo negociado sobre o conflito e estabelecer uma paz duradoura. Como desdobramento disso, aconteceu a Conferência de Paz do Oriente Médio em Madrid no ano de 1991, que reuniu as partes conflitantes sob a co-presidência dos Estados Unidos e da União Soviética. Essa conferência foi responsável por estabelecer faixas de negociação bilaterais para Israel

¹³A OLP é uma organização política palestina fundada em maio de 1964, com apoio da Liga Árabe, com o objetivo inicial de libertação da Palestina mediante luta armada – utilizou-se por muito tempo de táticas de guerrilha –, retomada do território palestino como aquele do tempo do Mandato Britânico e combate ao Sionismo. Foi considerada pelos Estados Unidos e pelo Ocidente uma organização terrorista.

e os países árabes vizinhos, Líbano, Jordânia, Síria, e os palestinos. No entanto, até meados de 1993, como apontado pela ONU (UNITED NATIONS, 2008), as negociações bilaterais pareciam ter estagnado em uma variedade de questões políticas e de segurança. Contudo, em segredo, conversas privadas entre Israel e a OLP estavam ocorrendo na Noruega, o que resultou nos Acordos de Oslo. Os Acordos de Oslo puseram fim à Primeira Intifada.

Em 10 de setembro de 1993, Israel e a OLP trocaram cartas de reconhecimento mútuo. Enquanto a OLP reconheceu o direito de Israel à existência, Israel reconheceu a OLP como representante do povo palestino. Três dias depois, na Casa Branca, sob a supervisão do presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, e outros líderes mundiais, foi assinada por Arafat e pelo primeiro-ministro israelense Yitzhak Rabin a *Declaração de Princípios sobre Arranjos Interinos de Autogoverno*, mundialmente conhecida como os Acordos de Oslo. Esses acordos delinearão um plano gradual para retirada do exército israelense dos territórios palestinos ocupados, além do estabelecimento de uma Autoridade Palestina (AP) autônoma para administrar uma parte da Cisjordânia e a Faixa de Gaza.

Segundo Pappe (2022), os Acordos de Oslo fracassaram porque uma tática foi adotada por Israel e dois princípios permaneceram sem resposta ao longo das negociações. A tática foi a de fazer dos palestinos seguranças terceirizados, pois precisavam provar que eram capazes de evitar guerrilhas e ataques terroristas. Já o primeiro princípio foi considerar a partilha territorial como o único alicerce da paz. Os acordos previam que uma população autóctone dividiria sua terra com os colonizadores e aceitaria um compromisso de paz como um povo colonizado e derrotado. Até o encontro final da cúpula em Camp David (EUA) no ano 2000 os sionistas travaram as negociações sobre a delimitação do Estado palestino e as tropas israelenses em nada ou pouco deixaram o território ocupado. O segundo princípio foi a negação dos direitos dos refugiados ao retorno e sua exclusão das negociações, uma vez que os sionistas, e os estadunidenses envolvidos, temiam que os refugiados promovessem atividades políticas, sociais e culturais. As negociações deixaram aberto o número de refugiados que poderia voltar para os territórios controlados pela AP, “contudo, todas as partes envolvidas sabiam que essas áreas abarrotadas não podiam comportar mais gente, e que havia espaço de sobra para repatriação de refugiados no resto de Israel e da Palestina” (PAPPE, 2022, p.186).

Em 1995 Yitzhak Rabin foi assassinado por um fundamentalista religioso judeu. Um atentado assim nunca tinha sido cometido por um judeu, Ygal Amir, que manifestou sua indignação contra Rabin por estar impedindo o projeto messiânico. Então o processo foi interrompido e as hostilidades de ambos os lados escalaram; o discurso dos sionistas se voltou contra as negociações e resultou em 1996 na vitória em eleições nacionais do partido *Likud*, liderado por Benjamin Netanyahu, o qual travou o processo por “mau comportamento” dos palestinos. Apesar de várias tentativas após 1995, as negociações de paz permaneceram paralisadas e as promessas de desocupação por parte de Israel não foram cumpridas, o que levou rapidamente à deterioração da situação (GRINBERG, 2000).

A oferta final de Israel em Camp David propunha um pequeno Estado palestino, com capital em Abu Dis, mas sem o desmantelamento de assentamentos e sem perspectiva de retorno dos refugiados. Os palestinos rejeitaram.

Portanto o processo de paz de 1990 mal pode ser chamado assim. A insistência na partição e a retirada de pauta da questão dos refugiados reduziu o processo de Oslo, na melhor das hipóteses, a um remanejamento militar, uma reestruturação do controle israelense na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. [...] Após 1995, ficou dolorosamente evidente que, na prática, o resultado do Acordo de Oslo não havia sido a paz, mas a ruína da sociedade palestina. Após o assassinato de Rabin e a eleição de Netanyahu em 1996, o Acordo virou um discurso de paz sem qualquer relevância para a realidade cotidiana. Durante o período das conversas – entre 1996 e 1999 – novos assentamentos foram construídos e novas punições coletivas foram impostas aos palestinos. [...] Como o processo de Oslo não foi um processo de paz genuíno, a participação dos palestinos nele e sua relutância em levá-lo adiante não indica uma suposta cultura política violenta e intransigente, mas uma resposta natural à farsa diplomática que consolidou e aprofundou o controle israelense sobre os territórios ocupados (PAPPE, 2022, p. 186-187).

O fracasso das negociações de paz de Oslo e o crescente descontentamento dos palestinos com a ocupação israelense contribuíram para a eclosão da Segunda Intifada em 2000. A violência se alastrou e se intensificou, transformando-se em um conflito generalizado, marcado por um número sem precedentes de mortes e feridos em ambas as partes envolvidas. Com a intensificação da violência, as partes envolvidas mergulharam em uma espiral de ataques terroristas, atentados suicidas, confrontos armados e retaliações militares. Além disso, houve o reposicionamento das tropas israelenses em áreas da

Cisjordânia das quais haviam se retirado anteriormente. Israel poderia ter interrompido a Segunda Intifada, mas seu exército precisava de uma demonstração de sucesso. Apesar de várias tentativas diplomáticas para conter a violência na região e alcançar a paz, essas medidas falharam dadas as ações violentas e à falta de confiança entre as partes, em um contexto de ocupação colonial. Em meados de 2002 Israel deu início à operação Escudo Defensivo e à construção de uma barreira de separação ao longo da linha de armistício entre Israel e Cisjordânia, a qual, em determinados pontos, adentrava significativamente o território palestino. A luta anticolonial foi contida por um tempo.

4. Panorama sobre o governo Netanyahu

Benjamine Netanyahu assumiu o posto de Primeiro-Ministro de Israel em três períodos, 1996 a 1999, 2009 a 2021 e 2022 (até o momento da elaboração desse texto). Reconhecido por ser uma liderança que defende a existência de um único Estado na região, ele forma coalizões e assume uma postura (neo)fascista que no plano nacional está alinhada com a extrema direita, como o objetivo de manter a autoridade inabalável de Israel e o controle sobre direitos de comunidades locais não judaicas (BERMÚDEZ, 2021). Nesse sentido, podemos citar a Lei de Cidadania e Entrada em Israel elaborada em 2003 – não elaborada no seu governo, mas importante na sua política estatal¹⁴ – que dificulta a obtenção imediata do visto de residência e cidadania para cônjuges de cidadãos israelenses que são provenientes de territórios palestinos, tendo sido confeccionada frente a um contexto em que aconteciam casos de atentados suicidas durante a Segunda Intifada (2000-2005). Todavia, segundo o Jornal The Scotsman (THE SCOTSMAN *apud* BERMÚDEZ, 2021) somente um número ínfimo de 25 conjugues de israelenses de uma totalidade próxima a 100 mil tiveram

¹⁴ Segundo PAPPE (2022) os governos do Estado de Israel tomam medidas sob orientação do Sionismo, o que o leva a avaliar que o projeto sionista é contínuo e enraizado tanto na burocracia quanto nas diferentes coalizões políticas que governaram desde 1948. Tais governos elaboraram leis como Lei do Retorno de 1950, Lei de Terras de Israel de 1960, Lei de Cidadania e Entrada em Israel de 2003, Lei da Nakba de 2011, Lei do Estado-Nação de 2018, entre outras, com caráter de segregação social em relação aos palestinos que vivem em Israel (BERMÚDEZ, 2021).

algum envolvimento. Os que se opõem a essa norma acreditam que a justificativa “velada” para a lei se manter em vigor se dá no receio institucional de que a vinda massiva de cônjuges oriundos da Palestina possa impactar no equilíbrio demográfico (e político) de Israel (BERMÚDEZ, 2021).

Sob a perspectiva territorial, com a criação do Estado de Israel um número abundante de terras foram confiscadas de populações palestinas, passando à administração da burocracia do novo Estado. Ainda nesse sentido, posteriormente no governo Netanyahu no ano de 2011 foi aprovada uma lei que estabelece comissões que avaliam grupos que possam vir ou não habitar tais assentamentos, o que pode vir favorecer a novos colonos judeus em detrimento de palestinos, sendo àqueles assegurados do direito à cidadania pela Lei do Retorno de 1950 (BERMÚDEZ, 2021). No ano de 2018 foi aprovada a lei do Estado-Nação que reconhece Israel como uma nação do povo judeu, o que causou revolta das comunidades palestinas residentes em Israel em decorrência da negligência para com as demais comunidades que demandam, também, reconhecimento constitucional e direito de autodeterminação. Isto é, o Estado é exclusivo do povo judeu, já que a lei não prevê igualdade constitucional frente os outros povos ali existentes (BERMÚDEZ, 2021). No mesmo ano, Israel estabeleceu que os assentamentos judaicos passariam a ser reconhecidos como “valor nacional” e que passariam sob a cobertura da lei Estado-Nação a ser promovidos por vias legais conforme o relatório do B’Tselem - Israeli Information Center for Human Rights in the Occupied Territories (2021). Este também explicita o contraste na vida dos palestinos que são aglomerados em enclaves e se veem com pouquíssimas terras para a construção, recorrendo a irregularidade estando suscetíveis a demolição dessas infraestruturas.

Uma questão imperiosa que também é abordada no relatório (B’TSELEM, 2021) foi o seu direito à liberdade de locomoção que afetou a vida de milhares de palestinos entre os territórios ocupados. A Faixa de Gaza por exemplo está bloqueada desde o ano de 2007, sendo proibida a movimentação de pessoas, ao passo que os cidadãos israelenses são providos do direito de sair e retornar do país a qualquer instante (B’TSELEM, 2021). Somando-se todas essas questões descritas que segregam e dividem comunidades inteiras, os territórios ocupados não realizam eleições desde o ano de 2006, justamente sob o poder

de controle e mitigador do Estado de Israel que cerceia desde a imigrações, questões territoriais e opera militarmente onde um número próximo a 5 milhões de palestinos não exercem seu direito de voto e participação na política (B'TSELEM, 2021).

Como mencionado anteriormente, foi iniciada a construção de um muro da Cisjordânia como resultado também da Segunda Intifada a fim de estabelecer uma divisão, agora de concreto e mais que física entre os territórios palestinos na Cisjordânia e de assentamento judeus. De acordo com Andrade (2022), é a prova mais que concreta de um sistema segregacionista e um regime de *apartheid* se estendendo por 760 quilômetros, reforçando uma divisão colossal de entre os palestinos e em relação aos israelenses na região. A construção do muro foi julgada pela Corte Internacional de Justiça (CIJ) e Israel foi condenado a demolí-lo, todavia, o mesmo não fez e continuou sua expansão sob o governo de Netanyahu (CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA, 2004). Andrade (2022) aponta que a política segregacionista do Estado de Israel justificada em prol da segurança evidencia o que não é dito abertamente: “os judeus, em grande parte, reconhecem que a vida dos palestinos piorou depois da construção do muro, porém, acreditam que a segurança do povo judeu vale mais que a liberdade de um árabe” (ANDRADE, 2022, p. 132).

O termo *apartheid* de oriundo da África do Sul se destacou pela separação em virtude da cor de pele, enquanto em Israel se dá por outros meios que envolvem a segregação social, a privação dos direitos políticos e de votar e o direito a autodeterminação exclusivo aos judeus, entre outros¹⁵. A soma dos elementos apresentados aqui (e outros) evidenciam a segregação social, o domínio judeu sobre os palestinos e a existência de dois regimes distintos, em que um se sobrepõe ao outro a ponto de controlá-lo (B'TSELEM, 2021). Todo o processo histórico visto e as políticas do Estado sob o governo Netanyahu (e outros) criam uma situação em que os colonizadores se veem como pertencentes a terra,

¹⁵ O insuspeito ex-presidente estadunidense Jimmy Carter, do país que mais apoia Israel, declarou: “Um sistema de apartheid, com dois povos ocupando a mesma terra, mas completamente separados uns dos outros, com os israelenses totalmente dominantes e com extrema violência, privando os palestinos de seus direitos humanos básicos’. [...] Como afirmou um proeminente israelense: ‘receio estar nos aproximando de um governo como o da África do Sul, com uma dupla sociedade de governantes judeus e povos árabes com poucos direitos de cidadania [...] com os palestinos restantes completamente cercados por muros, cercas e postos de controle israelenses, vivendo como prisioneiros dentro da pequena porção de terra que lhes resta” (apud ANDRADE, 2019, p. 215).

independentemente se houve ou há um povo que ali habite, de modo que o habitante inicial passa a ser um invasor, estando suscetível a extermínio étnicos.

Em termos de política externa, como apresentado, historicamente o Estado de Israel, e portanto o próprio governo Netanyahu, adquiriu três dimensões da atuação: 1) relações proveitosas como as potências capitalistas ocidentais, particularmente com os EUA e seu auxílio militar; 2) as relações conturbadas com os países em seu entorno geopolítico, no qual busca pelo via diplomática e militar consolidar a soberania do Estado; e 3) a colonização da Palestina histórica até o ponto de reconfigurá-la na Grande Israel, com o mínimo possível de palestinos. Nesse último caso, é emblemática a posição do próprio Netanyahu na AG da ONU em setembro de 2023, quando ele apresenta um mapa do Oriente Médio onde a Palestina não existe. Na ocasião ele demonstra o projeto do gasoduto *EastMed*, o maior do mundo, que ligaria Israel à Europa para reduzir a dependência do Velho Continente em relação à Rússia. O campo de gás, chamado de Leviatã, fica na Bacia do Levante, a 130 km a oeste de Haifa, na Palestina (LEMOS, 2023)¹⁶.

Complementar às dimensões da política externa de Israel, Priego (2021) aponta que o governo Netanyahu promoveu uma “Doutrina Netanyahu” alicerçada em três pilares: o de segurança, apontando o Irã como principal ameaça ao Estado de Israel, acompanhado do Hamas na Síria; o pilar econômico (subordinado ao primeiro e ao terceiro), cujo objetivo foi superar a crise econômica que se arrastava desde 2009, com maior gravidade em 2019 até 2020; e o diplomático, que na prática se afasta de quaisquer acordos de paz.

O pilar de segurança se concentra na questão nuclear do Irã. Em uma conduta nacionalista reiterou o perigo do país persa armado e com o intuito de mitigar uma proliferação nuclear na região, o governo fez o improvável e se aproximou de monarquias sunitas, em uma tentativa de isolar o Irã. “Netanyahu fez da necessidade uma virtude e, usando a ameaça iraniana como “desculpa”, inverteu a relação com Estados como os Emirados, o Bahrein, o Sudão, Marrocos ou mesmo a Arábia Saudita, transformando os seus

¹⁶Nesse mesmo sentido, uma organização de colonos chamada Nachala (pátria) que por décadas tem organizado a criação de assentamentos, já planeja ocupar e construir infraestrutura e moradia na Faixa de Gaza diante do atual massacre das forças armadas israelenses na área, que tem exterminado os palestinos. Ver Guerin, 2024.

inimigos em potenciais aliados” (PRIEGO, 2021, p.197). O pilar econômico se desdobrou em resposta à crise da pandemia, com três subpilares. Primeiro, a liberalização econômica, que foi pautada na redução de impostos, com o objetivo de atrair capital estrangeiro, sobretudo, empresas da área de tecnologia; os esforços para ligar o nome de Israel a essas empresas, as *start-ups*. Terceiro, e por último, o pilar da energia, viabilizando a produção de gás natural dos depósitos descobertos entre 2009 e 2012, o que fez o país se tornar exportador para seus vizinhos Jordânia e Egito. O pilar mais emblemático, o diplomático, só reitera a postura do governo Netanyahu (e do Estado de Israel) de opositor à ideia de dois Estados. É preciso salientar que a Doutrina Netanyahu de política externa é assimétrica, pois o pilar de segurança está acima de todos, respaldando o direito de Israel “se proteger”, enquanto o pilar da economia se projeta de maneira subordinada como uma ferramenta para os demais (PRIEGO, 2021).

Nesse sentido, e por fim, cabe observar o aparato militar chamado de Domo de Ferro, uma estrutura de defesa aérea para interceptar mísseis e foguetes, que é símbolo da política de segurança ao Estado de Israel. A construção tem origem em uma pesquisa colaborativa com os Estados Unidos na década 80, com financiamento de US\$200 milhões, finalizada em 2011. Apesar do êxito, tido como “satisfatório”, o escudo antiaéreo recebe críticas de especialistas, uma vez que o domo corrobora a política de violência contínua e um fracasso na projeção de estabilidade na região e políticas externas que perpetuam uma postura agressiva e ineficaz para resolução imediata do conflito (CUETO, 2021).

Considerações finais

Vimos que o Sionismo de extrema-direita cumpriu um papel decisivo na formação do Estado de Israel e na colonização da Palestina. As ideias de Herzl, os congressos mundiais e a formação do movimento político sionista na Europa encontraram no imperialismo britânico a força político-militar para realizar seus objetivos no Oriente Médio; e posteriormente no imperialismo estadunidense seu apoio fundamental. Em uma espécie de trajetória dependente, o Estado (a burocracia) foi criado impregnado pela ideologia sionista,

que se materializou em uma política estatal supremacista de extermínio, com o intuito de colonizar toda a Palestina eliminando seu povo nativo. Essa política estatal foi a dinâmica da Guerra Árabe-Israelense (1948-1949), da Guerra dos Seis Dias (1967), da Guerra do Yom Kippur (1973), das retaliações das Intifadas (1987-1993 e 2000-2005) e do fracasso dos Acordos de Oslo (1993-2000). E, acrescentamos, dos conflitos recentes em 2023 e 2024.

Os governos do Estado de Israel, particularmente o governo Netanyahu abordado neste artigo, segue a trajetória sionista. Em três mandatos continuou o projeto de segregação social que busca inferiorizar e estabelecer como cidadãos de segunda classe os 20% de palestinos que vivem no Estado de Israel. Permaneceu com uma política externa de colonização da Palestina histórica até conseguir reconfigurá-la na Grande Israel e para tal elegeu inimigos a combater em nome da segurança nacional. Segregação social e expansionismo do Estado sempre foram marcas das ideologias e das práticas políticas de movimentos fascistas.

Em direção a um Estado de exceção o governo Netanyahu, por meio do Parlamento que controla com uma coalizão majoritária de extrema-direita, aprovou em setembro de 2023 uma lei que reduziria o poder da Suprema Corte. Esta não teria mais a capacidade de barrar decisões do governo consideradas irracionais, como nomeações e ações do Estado. A lei eliminaria o contrapeso do Judiciário, minaria os princípios da democracia burguesa e fortaleceria a tendência autocrática. Foram registrados inúmeros protestos contra a lei e a própria suprema corte a derrubou por 8 votos a 7 em janeiro de 2024 (CNN BRASIL, 2024). São esses processos de segregação, colonização e autocracia que fazem de Israel o laboratório da extrema-direita mundial.

Referências

AMIN, Samir. A questão palestina. Palestra transcrita realizada em Dakar, Senegal. 1973. Disponível em: <http://palestinalivre.com.br/2020/04/07/a-questao-da-palestina/>. Acesso em: março de 2024.

ANDRADE, Mariana. As Políticas de Segregação e de Apartheid do Estado de Israel e seu Reflexo nas Manifestações Artísticas Presentes no Muro da Cisjordânia. *Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional*, [S. l.], v. 14, n. 27, 2022. Disponível

em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/RevistaPerspectiva/article/view/117124> Acesso em março de 2024.

B'TSELEM - THE ISRAELI INFORMATION CENTER FOR HUMAN RIGHTS IN THE OCCUPIED TERRITORIES. A regime of Jewish supremacy from the Jordan River to the Mediterranean Sea: This is apartheid. 12 January 2021. Disponível em: https://www.btselem.org/publications/fulltext/202101_this_is_apartheid. Acesso em março de 2024.

BERMÚDEZ, Ángel. 5 leis que os cidadãos árabes em Israel dizem que são discriminatórias. BBC News Brasil. 28 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57238510> . Acesso em março de 2024.

BUZZETO, Marcelo. Imperialismo, sionismo e wahhabismo: as fontes da violência contra povos e nações. In: BARBOSA, J. e HERNÁNDEZ, O. (org.). Extremismos políticos e direitas: Bolsonaro, Trump e a crise das “democracias”. Marília-SP: Oficina Universitária, 2022.

COGGIOLA, Osvaldo. A gênese do Sionismo. 2023. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-genese-do-sionismo/#:~:text=O%20principal%20formulador%20e%20impulsionador,se%20converter em%20coletivamente%20ao%20catolicismo>. Acesso em março de 2024.

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Legal Consequences of the Construction of a Wall in the OPT. Advisory Opinion, I.C.J. Reports Full text, 2004. Disponível em: <https://www.un.org/unispal/document/auto-insert-178825/> . Acesso em março de 2024.

CUETO, José. Conflito entre Israel e palestinos: Como funciona o Domo de Ferro, poderoso escudo antimíssil israelense. BBC News Brasil. 13 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57094234>. Acesso em março de 2024.

GRINBERG, Keila. O mundo árabe as guerras árabe-israelenses. In: REIS FILHO, A.; FERREIRA, J. e ZENHA, C. (org.). O século XX, volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GUERIN, Orla. Os colonos judeus que planejam construir assentamentos na orla de Gaza. BBC News Brasil. 25 de março 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c72dn1471p2o>. Acesso em março de 2024.

HERZL, Theodor. O Estado judeu: uma solução moderna para a questão judaica. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

LEMES, Conceição. Federação Árabe Palestina do Brasil denuncia: “Em plena Assembleia Geral da ONU, Netanyahu ‘apagou’ a Palestina do mapa”. Viomundo. 08 de outubro de

2023. Disponível em: <https://www.viomundo.com.br/denuncias/federacao-arabe-palestina-do-brasil-denuncia-em-plena-assembleia-geral-da-onu-netanyahu-apagou-a-palestina-do-mapa.html>. Acesso em março de 2024.

LENIN, Vladímir. Imperialismo, estágio superior do capitalismo. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2012.

PAPPE, Ilan. Dez mitos sobre Israel. Rio de Janeiro: Tabla, 2022.

PEW RESEARCH CENTER. Jewish Americans in 2020. May 11, 2021. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/religion/2021/05/11/jewish-americans-in-2020/#:~:text=Pew%20Research%20Center%20estimates%20that,were%20Jews%20of%20no%20religion>. Acesso em março de 2024.

PICHETA, Rob; TAL, Amir e IZSO, Lauren. Suprema Corte de Israel anula parte da reforma de Netanyahu e reacende divisão à medida que guerra avança. CNN BRASIL. 02 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/suprema-corte-de-israel-anula-parte-da-reforma-de-netanyahu-e-reacende-divisao-a-medida-que-guerra-avanca/>. Acesso em março de 2024.

PRIEGO, Alberto. La Doctrina Netanyahu: un cambio de paradigma en la política exterior del estado de Israel. UNISCI Journal, N° 57. Out. 2021. Disponível em: <https://www.unisci.es/la-doctrina-netanyahu-un-cambio-de-paradigma-en-la-politica-exterior-de-israel/>. Acesso em março de 2024.

SANCHES, Mariana. Por que os EUA apoiam Israel? BBC News Brasil. 11 outubro 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cgl3jnpz7dyo#:~:text=Por%20que%20os%20EU%20apoiam%20Israel%3F&text=%E2%80%9CEsta%20n%C3%A3o%20%C3%A9%20uma%20trag%C3%A9dia,ataque%20sem%20precedentes%20em%20Israel>. Acesso em março de 2024.

UNITED NATIONS. The question of Palestine and the United Nations. New York, 2008. Disponível em: <https://unispal.un.org/pdfs/DPI2499.pdf>. Acesso em março de 2024.

VISENTINI, Paulo. O grande Oriente Médio: da descolonização à primavera árabe. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2014.

ZUCCHI, Luciano. Setenta anos no Oriente Médio: o fim da diáspora judaica e o início da Naqba na Palestina. In: Anais do XVII Encontro Estadual de História ANPUH-SC. Joinville, 2018. Disponível em: https://www.encontro2018.sc.anpuh.org/resources/anais/8/1536072462_ARQUIVO_ARTIGOANPUHSC2018.pdf. Acesso em: março de 2024.